

CNJ condena Marcelo Bretas, juiz da Lava Jato

Depois de Sergio Moro, conduta também foi considerada parcial

Por Rudolfo Lago

Depois da anulação dos processos da Operação Lava Jato que eram conduzidos pelo ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR) em Curitiba, outro ícone da operação caiu nesta terça-feira (3). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) condenou o juiz Marcelo Bretas, que foi o responsável pelos casos da Lava Jato no Rio de Janeiro.

O CNJ, que é presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Roberto Barroso, condenou Bretas com a aposentadoria compulsória, que costuma ser a maior punição dada dentro da corporação do Judiciário.

De acordo com o conselho, Bretas teria se conduzido de “forma parcial” e “inadequada à magistratura” no julgamento dos casos da Lava Jato no Rio. Ele também foi condenado por agir de modo deliberado para influenciar as eleições de 2018 no Rio. Segundo a acusação, teria agido para prejudicar o então candidato ao governo Eduardo Paes (PSD), hoje prefeito, para favorecer o juiz Wilson Witzel (MDB), que acabou eleito e depois sofrendo processo de impeachment.

A condenação foi proposta pelo relator, José Roton-dano, e seguida pelos demais conselheiros.

Três processos

Foram analisados três processos administrativos disciplinares (PADs) contra Bretas, que já estava desde 2023 afastado do seu cargo por causa dessas apurações. Bretas foi condenado nos três processos disciplinares.



Tomaz Silva/Agência Brasil

Para CNJ, condução de Bretas na Lava Jato foi parcial

Ao votar, no encerramento da sessão, Barroso, afirmou que, na sua avaliação, as acusações contra Bretas eram procedentes. “Com pesar” voto pela condenação “disse Barroso

No início da sessão, Roton-dano anunciou que apresentaria um voto para considerar as acusações parcialmente procedentes, com a pena de aposentadoria compulsória, a máxima que pode ser aplicada. “Estou propondo à corte que se julgue parcialmente procedente as imputações trazidas contra o magistrado e aplicar-lhe a pena de aposentadoria compulsória”, disse o conselheiro relator.

“O que se viu na presente análise foi um conjunto de práticas inquisitivas e um conjunto de práticas de um autoritarismo estatal que subvertem a lógica do processo penal”, acusou Roton-dano. “As provas expuseram a figura de um magistrado que se revestiu de figura acusatória por anseio de protagonismo no sistema de Justiça”.

Negociação de penas

Um dos PADs partiu de uma reclamação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e cita fatos relacionados a três acordos de colaboração premiada celebrados pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Os documentos, de acordo com a acusação, mostram que o magistrado negociaria penas, orientaria advogados e combinaria estratégias com o Ministério Público, acusação semelhante à que foi feita no caso de Moro e dos procuradores em Curitiba.

Bretas também é alvo de uma reclamação por parte do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), que pediu seu afastamento “por conduta incompatível com a imparcialidade que precisa nortear a atuação dos magistrados”.

A terceira reclamação foi instaurada pelo antigo corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, a partir de uma correição ex-

traordinária na 7ª Vara Federal, na qual foram coletados dados dos computadores do magistrado e dos servidores que trabalham com ele e relatos sobre sua atuação.

Declínio

A condenação de Bretas é mais um capítulo na queda de prestígio da Operação Lava Jato, depois dos casos envolvendo Sergio Moro.

Em 2017, quando surgiram os primeiros questionamentos à atuação do juiz, na ocasião feitas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, artistas, celebridades e outros juizes e procuradores chegaram a se manifestar em solidariedade a Bretas.

Uma manifestação na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, onde Bretas atuava, reuniu em seu apoio artistas como o cantor de compositor Caetano Veloso, sua esposa, Paula Lavigne, e as atrizes Cristiane Torloni e Lucinha Lins.

Carla Zambelli sai do país; PGR pede prisão preventiva

Por Karoline Cavalcante

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com um pedido de prisão preventiva contra a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) nesta terça-feira (3), após ela deixar o Brasil com a intenção de se estabelecer na Europa. Agora, caberá ao relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidir se acata ou não a solicitação. A ação ocorre 20 dias após Zambelli ser condenada pela Primeira Turma do STF a dez anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em resposta, a parlamentar classificou o pedido como inconstitucional. “Deputado federal não pode ser preso, a não ser em flagrante delito, em um caso que seja não afiançável. Não é um crime afiançável que eles estão me acusando de ter cometido — injustamente — e eu não estou sendo presa em flagrante. Vão rasgar a nossa Constituição de novo?”, declarou Zambelli em vídeo publicado em suas redes sociais.

“Perdeu, mané”

Mais cedo, em entrevista ao canal AuriVerde, Zambelli admitiu que a condenação pela invasão ao CNJ influenciou sua decisão de deixar o Brasil. Ela questionou a aplicação da justiça, comparando sua situação à



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Zambelli admitiu seguir exemplo de Eduardo Bolsonaro

de Débora Rodrigues dos Santos, cabeleireira condenada a 14 anos de prisão por pichar “perdeu, mané” na estátua em frente à Suprema Corte durante os atos de 8 de janeiro de 2023, considerando a pena imposta como exagerada.

Em seguida, anunciou que já está fora do Brasil para realizar tratamentos médicos, mas ressaltou que possui dupla nacionalidade e que partirá para a Itália ainda esta semana, onde também tem cidadania, com a intenção de morar no país europeu.

Segundo Zambelli mencionou, o objetivo é seguir os

passos do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se afastou do cargo e se mudou para os Estados Unidos com a justificativa de denunciar uma suposta “ditadura” no Brasil.

Na semana passada, no entanto, o STF abriu um inquérito para investigá-lo por suas atitudes nos EUA. Na denúncia, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirmou que, desde o início do ano, Eduardo vem fazendo declarações públicas reiteradas em que defende a imposição de sanções

contra autoridades brasileiras com o objetivo de interferir nas

investigações contra seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — réu na Suprema Corte por tentativa de golpe de Estado em 2022.

Condenações

A decisão do STF que determinou a prisão de Zambelli também acarretou a perda de seu mandato, além de sua inelegibilidade por oito anos. A parlamentar foi ainda condenada a pagar R\$ 2 milhões em danos morais coletivos, valor que deverá ser dividido com o hacker Walter Delgatti, também condenado no caso e, segundo as investigações, contratado pela parlamentar para realizar a invasão. A sentença, unânime, ainda está sujeita a recursos.

Além da condenação pela invasão ao CNJ, Zambelli enfrenta outro processo no STF por perseguição e ameaça com arma de fogo ao jornalista Luan Araújo, ocorrido durante o segundo turno das eleições de 2022. Em agosto de 2023, o STF decidiu aceitar a denúncia da PGR, tornando a deputada ré neste caso. Zambelli, por sua vez, alegou que estava agindo em legítima defesa.

Em entrevista ao Correio da Manhã, a advogada especialista em relações internacionais Hanna Gomes afirmou que, embora a saída de Carla Zambelli do Brasil, semanas após a condenação, seja um comunicado pertinente, ela não representa nenhuma ilegalidade.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Valter Campanato/Agência Brasil



Ministro foi responsabilizado por aumento de imposto

IOF: crítica do presidente a Haddad irrita aliados

Muita gente no PT ficou irritada com a atitude do presidente Lula de lavar as mãos no caso do aumento do IOF e de jogar toda a responsabilidade pelo problema nas costas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na entrevista coletiva de ontem, Lula afirmou que a mudança em alíquotas do imposto foi uma proposta que Haddad “elaborou na Fazenda”.

Segundo ele, o ministro se apressou no “afã de dar uma resposta logo à sociedade”.

O governo e o parlamentares do partido sabem que a proposta foi levada ao presidente antes de ser transformada em decreto.

O próprio Haddad, em entrevista ao jornal O Globo publicada no último dia 25, declarou que a medida havia sido debatida “na mesa do presidente”.

Líderes

Lula tentou agradar o Congresso, afirmou que esse tipo de decisão precisa ser discutida com as lideranças no Legislativo. “Ninguém pode ser líder do governo e o governo mandar alguma coisa para lá sem conversar com eles”, disse, em crítica a Haddad.

Fidelidade

O puxão de orelhas foi visto como particularmente injusto porque o ministro é reconhecido como alguém sempre disposto a conversar. Apesar da bronca e do cansaço que vem demonstrando nos últimos dias, ninguém crê que Haddad vá romper com Lula.

Ricardo Stuckert/Instituto Lula



Mujica e Lula em Santana do Livramento (RS)

Em 2018, Lula negou fuga e previu saída de acusadores

A fuga da deputada Carla Zambelli e o auto-exílio do colega Eduardo Bolsonaro (ambos são do PL paulista) indicam uma espécie de profecia de Lula.

Em 19 de março de 2018, 19 dias antes de ser preso, o então ex-presidente foi a Santana do Livramento, cidade gaúcha que fica numa fronteira aberta — basta atravessar a rua

para se chegar ao município uruguaio de Rivera.

Lula, em discurso, lembrou que estava sendo processado e disse, numa referência a um exílio, que poderia “dar um pulo ali” (no Uruguai). “Não dou”, acrescentou.

Em seguida, completou: “Mais dia menos dia, quem vai sair do país são meus acusadores”.

Hostilizado

No ato estavam presentes os ex-presidentes do Uruguai Pepe Mujica e do Equador Rafael Correa. Santana do Livramento foi a segunda parada de caravana do petista pelo Rio Grande do Sul. Pela manhã, ele havia sido hostilizado em Bagé, e obrigado a mudar seu itinerário.

Rota

Depois de preso, Lula afirmou ter recusado a sugestão de correligionários defendiam sua fuga para o exterior para escapar da punição. Repetiu que queria provar sua inocência. O destino mais óbvio era o Uruguai, então presidido por Tabaré Vazquez, também de esquerda.

Temor

A saída de Zambelli do país aumentou a preocupação de denunciadas do Conselho Nacional de Justiça, a deputada já vinha sendo rejeitada por Bolsonaro. Para ele, Zambelli teve influência direta em sua derrota ao, na véspera da eleição, perseguir um adversário de arma em punho.

Abandonada

Condenada a dez anos de prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça, a deputada já vinha sendo rejeitada por Bolsonaro. Para ele, Zambelli teve influência direta em sua derrota ao, na véspera da eleição, perseguir um adversário de arma em punho.